



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

RESOLUÇÃO CONSEPE N° 163 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba -UFDFPar (1ª Licenciatura), a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas das atribuições *ad referendum* do mesmo Conselho, e, considerando:

- o Processo N° 23855.008046/2023-43

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDFPar, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, vinculado ao Edital N° 23/2023 CAPES, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa e a necessidade de sua regulamentação.


João Paulo Sales Macedo
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

PARNAÍBA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no segundo semestre de 2024 conforme Edital No. 23/2023 CAPES

PARNAÍBA - 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

REITORIA

João Paulo Sales Macedo - Reitor

Vicente de Paula Censi Borges - Vice-Reitor

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Moyses Barbosa da Silva Filho - Prefeito Universitário

Cátia Regina Furtado de Costa - Biblioteca Central Cândido Athayde

Arethusa Dantas Pereira - Escola de Aplicação Ministro Reis Velloso

PRÓ-REITORIAS

Antonio Liuésjhon dos Santos Melo - Pró-Reitor de Planejamento

Leonardo Costa e Silva - Pró-Reitor de Administração

Aurélio Vinicius Araujo Silva - Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo - Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Jefferson Soares de Oliveira - Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e
Inovação

Francisco Jander de Sousa Nogueira - Pró-Reitor de Extensão

Gilvana Pessoa de Oliveira - Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Valberto Barroso da Costa - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e
Comunicação

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR**

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Coordenação Institucional do Parfor

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

Prof. Dr. Cleidivan Alves dos Santos

Profa. Dra. Clóris Violeta Alves Lopes

Profa. Dra. Francisca Maria de Sousa

Profa. Dra. Heloisa Marques

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SIGLA: UFDPAR

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 33.519.114/0001-00

ENDEREÇO: Campus Ministro Reis Veloso

Avenida São Sebastião, 2819

Bairro Nossa Senhora de Fátima

CEP 64202-020

CIDADE: Parnaíba - Piauí

TELEFONE: (86) 99451-0372 Reitoria

E-MAIL:

PÁGINA ELETRÔNICA: WWW.UFDPAR.EDU.BR

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

CÓDIGO DO CURSO:

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução Nº

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado(a) em Educação Especial Inclusiva

MODALIDADE: Ensino Presencial Modular

DURAÇÃO DO CURSO: Mínimo: 04 anos Máximo: 05 anos

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital No.23/2023 específico PARFOR Equidade

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TORNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 50 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital

específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
– CAPES.

ESTRUTURA CURRICULAR:

| COMPONENTES CURRICULARES | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS |
|---|----------------------|-----------------|
| Disciplinas Obrigatórias | | |
| Disciplinas Optativas | | |
| Trabalho de Conclusão de Curso | | |
| Atividades Complementares | | |
| Atividades Curriculares de Extensão | | |
| Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório | | |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | | |

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 Justificativa
- 1.2 Contexto regional e local
- 1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAR e do Curso

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

- 2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso
- 2.2 Objetivos do curso
- 2.3 Perfil do egresso
- 2.4 Competências e Habilidades
- 2.5 Perfil do corpo docente

3 PROPOSTA CURRICULAR

- 3.1 Estrutura e organização curricular
 - 3.1.1 Prática como componente curricular (específico para licenciatura)
- 3.2 Fluxograma
- 3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão
- 3.4 Metodologia

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

- 4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão
- 4.2 Apoio ao discente

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

- 5.1 Avaliação da aprendizagem
- 5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

- 6.1 Disciplinas obrigatórias
- 6.2 Disciplinas optativas

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

- 7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física
- 7.2 Infraestrutura acadêmica

7.3 Biblioteca

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

ANEXOS

Lista de Figuras

| | Página |
|--|--------|
| Figura 1 Território geográfico do estado do Piauí. | |

Lista de Quadros

| | Página |
|------------|--------|
| Quadro 1 T | |

Lista de Tabelas

| | Página |
|------------|--------|
| Tabela 1 T | |

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a proposta de criação e implementação do Curso PARFOR de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no *Campus Ministro Reis Veloso* da cidade de Parnaíba-PI, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Neste projeto pedagógico são apontados os objetivos que nortearam a criação desta Licenciatura e serão também apresentados os elementos que estruturarão o funcionamento do curso: o perfil do profissional a ser formado, definição do egresso, descrição e articulação dos componentes curriculares, metodologia e avaliação curricular, matriz e ementas das disciplinas, regulamentação do estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares para o plano de implantação do curso.

Esses elementos do projeto tiveram como base teórica as referências da área específica e dos documentos legais, da Legislação brasileira e diretrizes consideradas com o disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL 2008), que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação. Também são consideradas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.02, de 11 de fevereiro de 2001); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (Resolução CNE/CP, n.1, de 18 de fevereiro de 2002) e a Resolução que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior (Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002).

A ideia de implementar um curso de Educação Especial Inclusiva de natureza Parfor na segunda maior cidade piauiense, decorre da urgência importância de contribuir para que se concretize no estado, o Direito à Educação na Constituição Brasileira de 1988. Além das características sociais e epidemiológicas que contribuem para as condições desfavoráveis ao sistema

educacional da população piauiense, do modo como os serviços de atendimento especializado para indivíduos com necessidades especiais são organizados e disponibilizados que geram dificuldades no acesso, destaca-se a carência de profissionais da educação especial, o que tem contribuído para a não resolutividade do sistema de educacional e aumento constante na precarização e baixa qualidade do sucesso escolar e na permanente insatisfação dos próprios indivíduos com o sistema educacional.

Desta forma, a UFDPAr atenta a realidade da região e de sua população, propõe este projeto afim de minimizar esta problemática no sistema educacional. Por meio de parcerias com os gestores das Secretarias de Educação no âmbito dos municípios que se encontram vinculados à área de abrangência da universidade para articular com a rede educacional pública existente como cenários de prática da formação, especialmente com as Prefeituras Municipais.

Conscientes da dimensão da proposta e do desafio a que se propõe a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, o projeto foi um grande desafio para envolvidos, tendo a experiência do grupo docente que produziu o material, cumprindo a missão da universidade que visa produzir e tornar acessível o conhecimento científico para todos sem distinção.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

O homem historicamente foi reconhecido como membro social por meio do trabalho, sua própria história e sua capacidade de força laboral, sendo então considerado a partir de sua capacidade produtiva adequada ou inadequada socialmente. Aqueles que não conseguiam se desempenhar na denominada “cadeia produtiva” de forma satisfatória aos valores sociais característicos de sua época, em decorrência de alguma deficiência ou necessidade específica, eram segregados e privados de qualquer forma de instrução ou participação social. Tempos de grande desigualdade e segregação que ainda refletem em muitas partes ao redor do mundo, uma realidade dura e condenatória.

A garantia de direitos humanos básicos para todas as pessoas, sendo as mesmas com necessidades educacionais específicas (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) e/ou com transtornos funcionais específicos (pessoas com dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia) demorou historicamente muitos séculos para se consolidar na sociedade como algo possível e só aconteceu mediante intensa luta política e mobilização da sociedade civil organizada.

Dispositivos legais brasileiros como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), deram o início oficialmente a democratização do acesso à educação regular para as Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Com a implementação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica - TEC NEP, pudemos observar que o número de matrículas de estudantes com necessidades educacionais específicas na Rede de Ensino cresceu gradativamente, conforme os dados dos últimos Censos escolares.

Nesta crescente demanda e contexto educacional de estudantes com NEE nas salas de aula regulares, fruto do sucesso das políticas públicas de educação na intenção de garantir o acesso garantido a este alunado à educação, evidencia-se igualmente a necessidade da garantia de espaços e implementação de ações formativas para toda a comunidade escolar, tendo em vista a construção de práticas realmente inclusivas, uma vez que apenas garantir o acesso não assegura a permanência nem a conclusão com êxito destes estudantes.

Dessa forma, uma Instituição como a UFDPAr, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania, com a produção e a socialização do conhecimento, com a garantia do direito de todos à educação e com a política de formação continuada, necessita da oportunidade de ofertar o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva para graduados que atuam ou pretendem realizar estudos, desenvolver pesquisas e demais atividades no campo da educação especial e/ou inclusiva. Nessa perspectiva, a Instituição contribui para a produção e socialização de conhecimentos e, conseqüentemente, para o crescimento pessoal e profissional dos sujeitos como seres históricos, cidadãos de direito.

1.2 Contexto regional e local

O Piauí está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km²). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico.

Em face das grandes dimensões territoriais do Estado faz-se necessária a criação de cursos de distintas naturezas em outras cidades além da capital, a fim de ampliar a oferta de serviços à população.

Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes.

Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

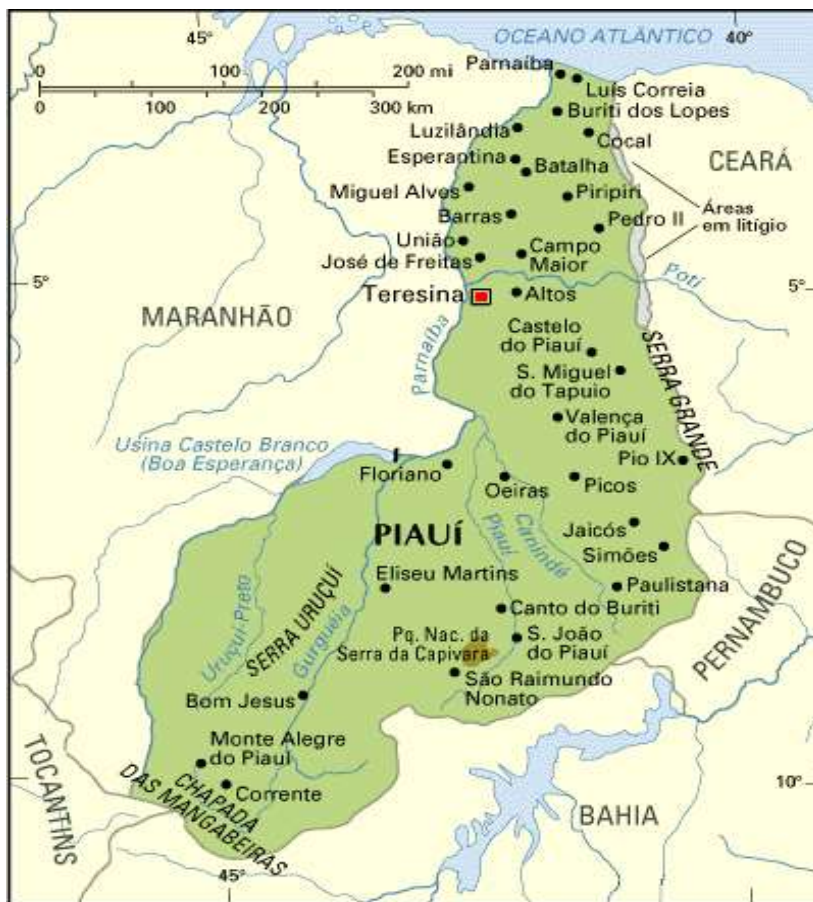


Figura 1 – Mapa do Estado do Piauí. Fonte:

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros. O vocábulo Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subafluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos piaus, rio dos peixes pintados (SEPLAN-PI).

Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das

Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolândia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato.

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo. A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

Em agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

De acordo com último censo demográfico (2010), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

No ranking do país é o 18o estado mais populoso, o 17o em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11o em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25a colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas. Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de um terço da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima da média nacional que é 15,2%, enquanto no Piauí é mais que o dobro, chegando a 34,1%.

A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6%. Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira reflete reflexos em outros indicadores sociais, como, por exemplo, a esperança de vida, de aproximadamente 71 anos do estado, contra 74 da média do país, e a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de 9,2 anos, também menor que a do país, que é de 9,5 anos. Apesar da pequena diferença de 0,3 é o estado brasileiro com o índice mais baixo no tocante aos anos de estudos.

Quadro 1-Região Geográfica Meio Norte, por área, população e densidade demográfica

| REGIÃO | ÁREA (km ²) | POPULAÇÃO (habitantes) | DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./ km ²) |
|---------------------|-------------------------|------------------------|--|
| Maranhão | 28.311 | 506.032 | 17,87 |
| Lençóis Maranhenses | 10.717 | 159.238 | 14,86 |
| Alto Munim | 9.287 | 174.894 | 18,83 |
| Piauí | 23.623 | 638.978 | 27,05 |
| Delta do Parnaíba | 5.921 | 263.790 | 44,56 |
| Planície Litorânea | 8.306 | 171.900 | 20,7 |
| Cocais | 17.702 | 375.188 | 21,19 |
| Ceará | 14.063 | 710.663 | 50,53 |
| Litoral Oeste | 9.326 | 373.908 | 40,09 |
| Ibiapaba | 4.736 | 336.755 | 71,1 |

| | | | |
|--------------------|---------------|------------------|--------------|
| Total Geral | 65.997 | 1.855.673 | 28,11 |
|--------------------|---------------|------------------|--------------|

Fonte. IBGE. Estimativa Populacional, 2008.

As principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas-, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, a pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

Parnaíba, localizada na região Norte do estado, é a cidade mais populosa da Região e constitui-se em polo educacional de atendimento a outras cidades do Maranhão, do Ceará e outros territórios do Piauí, configurando a Região Geográfica Meio Norte. Para o Grupo de Trabalho Interministerial criado para elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico da Região, que trabalhou com dados anteriores ao Censo de 2010 (Brasil, 2008), a área abrangia uma população de 1.855.673 habitantes (Quadro 1),

O referido Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva também se justifica pelo ideal da UFDPAr de ter como desafio impulsionar o crescimento do cenário educacional e cidadania piauiense, seguindo com sua identidade institucional, baseada nas características e expectativas da realidade local e sociedade.

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal está inserida, numa sociedade piauiense que acalenta por décadas o sonho de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí, reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável, e, para tanto, define a sua missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFDPAr e o seu papel como instituição pública, e representam, portanto, os seus valores, a saber:

- I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;
- IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Assim, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFDPAR entende que há necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAR e do Curso

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), instituição de ensino superior, de pesquisa e extensão, é pessoa jurídica de direito público mantida pela União, criada pela Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com integração do Campus Ministro Reis Velloso, sede e foro no município de Parnaíba, Estado do Piauí. É uma Autarquia Educacional, vinculada ao Ministério da Educação, dotada de autonomia didático-pedagógica e científica, administrativa e de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, nos termos da Constituição, regendo-se pela legislação federal, pelo presente Estatuto, pelos Regimentos e Resoluções emanadas de seus Conselhos Superiores.

A UFDPAR fica situada no extremo norte do Estado do Piauí, distando, por via rodoviária, de 354 quilômetros de Teresina. É localizada à Av. São Sebastião, nº 2819, CEP 64202-020, em Parnaíba-PI. O município de Parnaíba possui uma população de mais de 140 mil habitantes, sendo o segundo mais populoso do Estado. É um dos quatro municípios litorâneos (além de Ilha Grande, Luís

Correia e Cajueiro da Praia) do estado, sendo possuidor de belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro da cidade, na região denominada de Porto das Barcas, existem inúmeros imóveis históricos. O município desponta como importante centro turístico piauiense, sendo a principal base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí, o Delta do Rio Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e a Costa Oeste do Estado do Ceará.

A região do Delta do Parnaíba unifica, por suas características históricas geográficas, biológicas e até mesmo sociais, econômicas e culturais, regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Nesta região a cidade de Parnaíba ocupou historicamente uma posição de destaque quando ocorreram dois ciclos econômicos de significado nacional, o primeiro baseado na produção de charque e o segundo na produção de cera de carnaúba. Hoje, apesar da perda da posição de destaque econômico nacional, ainda é Parnaíba a cidade motora do desenvolvimento desta região. Suas escolas e feiras, seus hospitais e órgãos governamentais, seus bancos e também seu comércio ainda servem e sustentam esta comunidade de tríplice subordinação territorial.

Parnaíba é a maior cidade da região do delta, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região. Possui uma boa infra-estrutura urbana com hospitais, escolas, comércio variado, uma singela rede hoteleira, o campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Outros municípios como Luís Correia, Ilha Grande, Cajueiro da Praia, Joaquim Pires, Bom Princípio, Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas (no Estado do Piauí), Araiões, Tutóia, Paulino Neves, Magalhães de Almeida e Água Doce (no Estado do Maranhão), Chaval, Barroquinha, Granja, (no Estado do Ceará) dependem da infraestrutura já implantada em Parnaíba.

Cumprindo seus princípios e objetivo visando cumprir sua missão, incorporando valor e resultados à sociedade a qual serve, a UFDPAr orienta-se pelos seguintes princípios:

- a) é a educação superior um bem público e gratuito, a ser incorporado à sociedade com qualidade acadêmica e pertinência social;
- b) do reconhecimento da universalização do conhecimento e da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) do apoio às tecnologias e inovações sustentáveis;

- d) do pluralismo (da pluralidade) de ideias, de pensamento e da interculturalidade;
- e) da democratização da educação e da equidade na oportunidade de acesso e na permanência;
- f) da liberdade acadêmica sem discriminação de qualquer natureza, da promoção da cultura de paz, dos direitos humanos e da democracia, como elementos pedagógicos e organizativos da universidade;
- g) do respeito à diversidade e combate a todas as formas de intolerância e discriminação;
- h) da valorização da cultura, manifestações artísticas e populares;
- i) da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade;
- j) da laicidade, da liberdade religiosa, de credo e não credo;
- k) da adequação em prioridade, do desempenho da Universidade às demandas regionais;
- l) da integração da Universidade, através de atividades acadêmicas, com todas as ofertas educacionais desenvolvidas por outros sistemas de ensino;
- m) da integração da Universidade aos sistemas produtivos, no âmbito das políticas públicas, setores da sociedade civil e de desenvolvimento comunitário;
- n) da interdisciplinaridade das áreas de conhecimento; o) do avanço do conhecimento e atualização em todos os campos do saber.

Conforme estabelecido pela lei de criação da UFDPAr, está orientada ao seguinte objetivo: ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, promover extensão universitária e concretizar sua inserção regional. Deste objetivo primordial a UFDPAr derivou objetivos com maior nível detalhamento que constam em seu Estatuto.

Em reunião ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba foi aprovado como sendo sua missão, valores e visão:

- Missão: Formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais, políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais;

- Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão de qualidade, capazes de gerar e transferir conhecimentos que atuem e se integrem aos diferentes contextos sociais, encontrando soluções sustentáveis e inovadoras que contribuam no desenvolvimento local, regional e global;
- Valores: Ética, Coletividade, Desenvolvimento, Integridade, Respeito, Trabalho em Equipe, Equidade e Ciência.

O curso proposto de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva terá como alicerce toda a experiência e todo aprendizado que acompanham o histórico de sucesso do curso de graduação de Pedagogia de nossa instituição. A licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso (UFPI-CMRV) em Parnaíba, nasceu na década de 1980 e contou com a participação da classe trabalhadora diante de uma realidade contraditória, num campus universitário que surgiu da necessidade industrial, uma afirmação empresarial piauiense da década de 1970. Esse Curso é coordenado pelo Departamento de Ciências Sociais, da Educação e Desporto e inicialmente estava direcionado para formação em Licenciatura Plena - Magistério de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e para disciplinas pedagógicas do Curso Normal (Currículo nº 4014-7).

Em 1994, o Curso de Pedagogia necessitou reformular seu currículo para atender à necessidade de aprofundamento teórico e prático nas áreas de formação e habilitação profissional. Desse modo, foi apresentada à Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso, Parnaíba-PI, uma proposta de reformulação respaldada legalmente pela Portaria MEC nº 399/89, pela Resolução nº 02/69 do CFE e pela Portaria MEC nº 12/94.

A Resolução nº 093/94 aprovou as mudanças no Curso de Pedagogia em Parnaíba. O documento foi aprovado pela UFPI, em 22/12/94, e contém informações relativas às necessidades do Curso de Pedagogia e sua inserção na UFPI. Em 2004 e 2005, com aprovação em 2006, foi novamente reformulado, modificando a área de formação, incluindo além da Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental a Gestão Educacional (currículo nº 4150-1). Essas alterações fundamentaram-se nas diretrizes e linhas de ação da política de formação dos profissionais da educação definidas pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 e pelas novas

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resoluções 01 e 02/2002 do Conselho Nacional de Educação e Documento Norteador elaborado pela Comissão de Especialista de Pedagogia – SESU – MEC para Autorização e Reconhecimento do Curso de Pedagogia.

É muito importante mencionar a relevância de instalar o Curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva no contexto em que está inserida a UFDPAR, em relação a educação e as demandas locais da área de conhecimento especificamente e como ele está articulado às políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFDPAR.

A Educação Especial e Inclusiva tem se solidificado de forma paralela ou independente dos movimentos da educação regular em todo território brasileiro, visto a necessidade urgente de universalização do acesso do sistema educacional para todos, pretendendo ser democrática e sem mecanismos de exclusão e seletividade social. Para alcançar este objetivo necessitamos da construção de uma escola brasileira pública de melhor qualidade para todos, garantindo que as especificidades da educação de pessoas que vivem em situação de deficiência sejam respeitadas. A realidade atual da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na região que abrange a UFDPAR caracteriza por um sistema dual, com um fraco sistema marcado pelo assistencialismo filantrópico com patrocínio difuso de várias instâncias do poder público e, por um sistema educacional fragilizado, que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar desta parcela da população sem a formação necessária dos profissionais envolvidos.

Este contexto em nossa região representa um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens que vivem em situação de deficiências, bem como para os futuros profissionais da Educação Especial, que deveriam ser preparados para uma atuação comprometida e com uma visão crítica da política educacional, com a ideologia da educação inclusiva, com o espírito de luta pelo fortalecimento da escola pública, pela universalização do acesso à escola para todos.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

Os princípios curriculares que nortearão o curso estão em conformidade com o Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFDPAR, no qual se destaca a importância de que a proposta pedagógica de cada curso deve ser baseada nos seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

- a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana,** levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sócio-política, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional.
- b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente,** por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.
- c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão,** relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática.
- d) Interdisciplinaridade e multireferencialidade,** a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A multireferencialidade, também compõe as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas

emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

e) Uso de tecnologias de comunicação e informação - objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

f) Avaliação, incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação.

g) Articulação entre teoria e prática, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções.

h) Flexibilização curricular, a partir da realidade da UFDPAR, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

2.2 Objetivos do curso PARFOR de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Como objetivo geral formar o profissional no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva para atuar na docência em diversos serviços de atenção pedagógica especializada, como escolas de ensino regular, na oferta de atenção em sala de recursos ou multifuncionais ou classes especiais, junto a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Como objetivos específicos este curso proposto permitirá:

- Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de Educação Especial Inclusiva no Ensino Fundamental e no Médio;
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor compreenda suas práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública;
- Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas;
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente;
- Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa;
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

Atuando de forma transversal nos diferentes níveis de ensino, este profissional estará apto a:

- Atuará nos serviços de apoio pedagógico especializado;
- Exercerá docência em escolas de ensino regular junto aos professores da classe regular, na modalidade ensino colaborativo e orientações pedagógicas; realizará serviços de consultoria colaborativa para instituições de ensino especial no ensino comum ou especial;
- Efetuará serviços especializados de interpretação de linguagens e códigos, promovendo e difundindo conhecimentos nas áreas de educação inclusiva, literatura e cultura, fomentando a capacitação social e profissional em seu ambiente de trabalho de maneira competente, crítica e participativa;
- Empreenderá gestão escolar na instituição de ensino especial; em serviços de apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, nos serviços de ensino itinerante, nos serviços de ensino domiciliar.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas

decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

2.3 Perfil do egresso

Considerando a necessidade de promover a formação integral de profissionais da área de educação englobando os aspectos técnicos, éticos e políticos, e que sejam sintonizados com as necessidades da sociedade, em particular da educação especial inclusiva, tal profissional deverá ser capaz de conforme com as Diretrizes Curriculares Nacionais da área e com os documentos diretivos ao exercício profissional e suas habilidades para o exercício da profissão:

- Elaborar estratégias de atuação com alunos que possuam necessidades educacionais específicas e/ou transtornos funcionais específicos;
- Contribuir com a criação das condições necessárias e alternativas possíveis para uma educação inclusiva;
- Compreender as especificidades do estudante com necessidades educacionais específicas;
- Fundamentar sua prática pedagógica com os subsídios teórico-metodológicos necessários para o processo de inclusão;
- Utilizar a pesquisa na área de educação inclusiva como perspectiva metodológica de sua atuação docente.

2.4 Competências e Habilidades

Entendemos por competências os esquemas mentais, ou seja, as ações e operações mentais de caráter cognitivo sócio afetivo ou psicomotor que mobilizado e associado aos saberes teóricos ou experienciais geram habilidades, ou seja, um saber fazer. Estas devem ser descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de forma que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais de cada curso. São as referências para a organização dos conteúdos e para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere ao conjunto de habilidades e competências necessárias aos professores para a prática com alunos incluídos, o *Council for Exceptional*

Children (CEC) estabelece balizas em nível internacional para a preparação, certificação e a prática do profissional em educação (NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2001). Destaca-se algumas delas:

- A ideia de que todos os alunos podem aprender;
- Valorização das potencialidades de aprendizagem de cada um;
- Reafirmação de que a aprendizagem é um processo individual, e se desenvolve de forma ativa em cada pessoa, considerando que ela parte sempre do que o aluno sabe, e é sempre influenciado por sua história pessoal e social;
- Estimular o desenvolvimento da autonomia dos alunos mediante a construção de sua aprendizagem;
- Avaliar de forma processual e permanentemente as aprendizagens;
- Avaliar o desempenho cada aluno segundo seu ritmo, do ponto de vista da evolução de suas competências ao resolver problemas e inserir-se no universo cultural dos alunos.

Em relação à formação do professor para atuar no contexto da Educação Especial, a situação torna ainda mais complexa, uma vez que, nesse cenário formativo, entrecruzam-se múltiplas dimensões, que são destacadas por Veiga, Amaral e Dalben (2013), tais como: a relação professor-aluno e conteúdo, e as relações de produção com o conhecimento na materialidade do mundo da vida e do trabalho, os avanços da ciência, da cultura e da pesquisa, dentre outras. Assim, torna-se necessário que o docente, diante dessa realidade, possua uma postura crítica e reflexiva, mantendo-se aberto às mudanças paradigmáticas da ciência e se tornando capaz de inovar sua prática.

Resumindo, pode-se afirmar que o professor deverá valorizar a diversidade como causa importante no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, deverá ser capaz de construir recursos de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, evitando assim, a exclusão escolar.

Torna-se relevante esclarecer que, de modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos. No caso específico aqui tratado. Ressalta-se que documento do

(MEC/SEESP,2003) está expresso que a aquisição de competências e habilidades pelo aluno com necessidades especiais tem no professor o indispensável apoio e a orientação segura para o seu desenvolvimento, e que isso ocorre de forma mais intensa quando, a partir formação do professor é priorizada capacidade reflexiva no trabalho colaborativa dos professores.

2.5 Perfil do corpo docente

Nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e para prestação de serviços à comunidade, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba vem gradativamente ampliando sua infraestrutura e sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Ao propor a adesão ao Parfor Equidade, renova o compromisso com a comunidade piauiense e de toda macrorregião que abrange, na garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica.

Os professores formadores vinculados ao Parfor / UFDPAr serão adequadamente selecionados por meio de edital público de processo seletivo simplificado realizado semestralmente, priorizando-se os professores do quadro permanente da universidade que estejam em efetivo exercício em sala de aula, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor. No Quadro abaixo consta a relação nominal com titulação, regime de trabalho e CPF dos docentes efetivos que atuarão.

Quadro: Distribuição de docentes, com titulação e regime de trabalho.

| Nome | Titulação | Regime de Trabalho |
|----------------------------|------------------|---------------------------|
| Cleidivan Alves dos Santos | doutorado | DE Pedagogia |
| Dalva de Araújo Menezes | mestrado | Substituta Pedagogia |
| Clóris Violeta Alves Lopes | doutorado | DE Pedagogia |
| Edmara de Castro Pinto | doutorado | DE Pedagogia |
| Élido Santiago da Silva | doutorado | DE Pedagogia |

| | | |
|--|-----------|-----------------|
| Flávio Rovani de Andrade | doutorado | DE Pedagogia |
| Francisca Maria de Sousa | doutorado | DE Pedagogia |
| Francisco Antonio Machado Araújo | doutorado | DE Pedagogia |
| Gilvana Pessoa de Oliveira | doutorado | DE Pedagogia |
| Kelly Cristina Vaz de Carvalho Marques | doutorado | DE Pedagogia |
| Lucélia Costa Araújo | doutorado | DE Pedagogia |
| Luciana Matias Cavalcante | doutorado | DE Pedagogia |
| Maria Patrícia Freitas de Lemos | doutorado | DE Pedagogia |
| Marly Macedo | doutorado | DE Pedagogia |
| Osmar Rufino Braga | doutorado | DE Pedagogia |
| Heloisa Marques | doutorado | DE Fisioterapia |
| Luana Gabrielle de França Ferreira | doutorado | DE Fisioterapia |
| Karina Rodrigues dos Santos | doutorado | DE Medicina |
| Mharianni Ciarlini de Sousa Bezerra | doutorado | DE Psicologia |
| Luciana Rocha Faustino | doutorado | DE Medicina |
| Shaiane Vargas da Silveira | doutorado | DE Turismo |

*** Dedicção exclusiva UFDPAr (DE)**

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

Além dos professores efetivos lotados na UFDPAr, integrarão o corpo docente do curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva Parfor/UFDPAr quando necessária, a participação de docentes colaboradores e, neste caso, é dada preferência a professores das escolas da rede pública da Educação Básica, com formação em nível de pós-graduação, em conformidade com o disposto no regulamento do Programa Parfor.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

A estrutura curricular deste curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFDPAr prevê disciplinas obrigatórias de caráter teórico e prático voltadas à formação do licenciando em Educação Especial, em consonância com as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Projeto Político-Pedagógico desta universidade.

O Edital Parfor Equidade 23/2023 destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e lotados nas salas AEE das redes públicas de ensino do país. Por isso, a prática pedagógica do professor cursista é ponto de partida para a teoria, que também se reformula a partir dela. Isso supõe a articulação dos conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática e assumir a capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico e reflexivo, como fonte de ação transformadora do processo formativo.

Por esta premissa o compromisso de garantir atendimento educacional de qualidade para alunos com deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiência múltipla, surdocegueira, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme recomendam os aportes legais brasileiros; fundamentando este curso na política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade; intersubjetividade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com base no exposto acima, apresentamos a seguir a estrutura e organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, visando oferecer o aprimoramento no processo formativo, de modo a possibilitar aos professores da Educação Básica a ressignificação da prática docente por meio do exercício de uma ação crítico-emancipatória na realidade educativa na qual estão inseridos. A matriz

curricular proposta para o curso contempla eixos transversais básicos de formação, embasados na fundamentação teórica, experiência prática e na pesquisa.

Ressaltamos que a sua estrutura e organização curricular alinha-se com os princípios e fundamentos definidos pela BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) que focam na construção dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores; em especial na mobilização desses saberes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano global.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, aqui denominados eixos estruturantes de estudo, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, explicitadas na seção anterior. A carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

O primeiro eixo estruturante se refere às disciplinas de fundamentação teórica, que terão como objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades para compreender a natureza interdisciplinar do campo e do objeto de estudo da Educação Especial Inclusiva, incluindo aspectos históricos da educação e educação especial, políticas públicas educacionais, ética e questões do desenvolvimento humano. Os alunos deverão cursar durante seu tempo de formação disciplinas optativas, estas abordarão temas relacionados à formação do educador especial, bem como necessidades especiais do educando e sua família.

O segundo eixo estruturante compreende a formação para a pesquisa, que visa o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno para buscar,

produzir, divulgar e saber utilizar o conhecimento científico afeto à Educação Especial.

O terceiro eixo estruturante de formação é a aprendizagem fundamentada na indissociabilidade entre teoria-prática, a fim de garantir a transversalidade deste tipo de formação.

A disciplina Atividade Curricular Extensionista visa a intensificar o contato da universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento do compromisso social; fortalecer a indissociabilidade entre as atividades essenciais da universidade, ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e das atividades de pesquisa e de extensão; promover maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade; contribuir para a formação ética do profissional; estimular a problematização como atitude de interação com a realidade; propiciar a descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico; ensejar a experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino; favorecer o desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social.

No estágio supervisionado será contemplado o eixo transversal de formação onde o foco é a prática, por meio de atividades de estágio supervisionado, a serem cumpridas em situações reais de trabalho. A distribuição das disciplinas ao longo do tempo de formação do acadêmico está organizada visando educação profissional de forma transversal ao discutir a educação especial e inclusiva, favorecendo o debate sobre a inserção deste sujeito no mundo do trabalho.

Para alcançar este objetivo, o curso de Educação Especial Inclusiva da UFDPAr está estruturado e subdividido em quatro módulos de disciplinas articuladas entre si, onde permeiam teoria e prática de pesquisa em todo o currículo, culminando com a elaboração e apresentação de trabalho científico.

As atividades curriculares de educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012), educação das questões étnico-raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02/2012), de processo

de envelhecimento (Lei federal nº 10.741/2003) são participantes da formação como conteúdos complementares ou transversais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

O curso ofertado através do Parfor caracteriza-se por oferecer formação voltada especificamente para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, por isso o seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um período intensivo, que ocorrerá no período de recesso do calendário escolar dos professores cursistas, e um período complementar, nos finais de semana, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas básicas públicas.

Em sua organização, o currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de 3.270 (três mil duzentas e setenta) horas.

Quadro : Distribuição de horas previstas ao longo do curso da matriz curricular.

| Bloco | Obrigat. | Optativas | A.C.E. | Estágio Superv. | Ativ. Compl. | T.C.C. | C.H. Total |
|----------------------------|--------------|------------|------------|-----------------|--------------|------------|--------------|
| 1º | 300 | | 90 | | | | 390 |
| 2º | 330 | | 60 | | | | 390 |
| 3º | 330 | | 60 | | | | 390 |
| 4º | 270 | 60 | 60 | | | | 390 |
| 5º | 270 | 60 | 60 | | 60 | | 450 |
| 6º | 240 | | | 150 | 60 | | 450 |
| 7º | 240 | | | 135 | | 60 | 435 |
| 8º | 180 | | | 135 | | 60 | 375 |
| Carga Horária Total | 2.160 | 120 | 330 | 420 | 120 | 120 | 3.270 |

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

Os componentes curriculares estão relacionados no Quadro abaixo e correspondem aos módulos e suas respectivas disciplinas. A Matriz Curricular do Curso está estruturada de maneira didático-pedagógica e organizada com as disciplinas do curso, distribuídas por semestre letivo, contendo carga horária.

Quadro: Estrutura e organização curricular conforme distribuição e carga horária do curso de Educação Especial Inclusiva da UFDPAr.

| Módulo | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|--|-----------------|-------------|
| 1º. Semestre | Seminário de Introdução ao curso | | 15 |
| | Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais | | 60 |
| | Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano | | 45 |
| | Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho | | 60 |
| | Didática para Educação Especial e Inclusiva | | 60 |
| | Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial | | 60 |
| | Atividade Curricular Extensionista I: Temas integradores | | 90 |
| | Total do bloco | | 390 |

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|--|-----------------|-------------|
| 2º. Semestre | Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais | | 60 |
| | Estudo do desenvolvimento atípico | | 60 |
| | Linguagem e Pensamento | | 30 |
| | Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações | | 60 |
| | Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar | | 60 |
| | Atividade Curricular Extensionista II: Diversidade Profissional, Cultural e Social | | 60 |

| | | | |
|--|---|--|------------|
| | Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação do trabalho científico | | 60 |
| | Total do bloco | | 390 |

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|---|-----------------|-------------|
| 3º. Semestre | Apoio educacional especializado: Educação Infantil | | 60 |
| | Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual | | 60 |
| | Ensino Colaborativo | | 45 |
| | Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados | | 45 |
| | Língua Brasileira de Sinais I | | 60 |
| | Atividade Curricular Extensionista III: Historicidade e Políticas Públicas | | 60 |
| | Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família | | 60 |
| | Total do bloco | | 390 |

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|--|-----------------|-------------|
| 4º. Semestre | Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva | | 60 |
| | Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar | | 60 |
| | Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados | | 60 |
| | Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio | | 30 |
| | Língua Brasileira de Sinais II | | 60 |
| | Atividade Curricular Extensionista IV: Novas formas de ensinar | | 60 |
| | Optativa I | | 60 |

| | | |
|--|-----------------------|------------|
| | Total do bloco | 390 |
|--|-----------------------|------------|

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|--|-----------------|-------------|
| 5º. Semestre | Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento | | 60 |
| | Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação | | 60 |
| | Apoio educacional especializado: Ensino Superior | | 45 |
| | Didática para a Educação Especial | | 45 |
| | Planejamento educacional individualizado I: Avaliação | | 60 |
| | Atividade complementar I | | 60 |
| | Optativa II | | 60 |
| | Atividade Curricular Extensionista V: Novas formas de aprender | | 60 |
| | Total do bloco | | 450 |

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|---|-----------------------|-------------|
| 6º. Semestre | Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física | | 60 |
| | Ensino de ciências para pessoas com deficiência | | 60 |
| | Planejamento educacional individualizado II: intervenções | | 60 |
| | Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência | | 60 |
| | Atividade complementar II | | 60 |
| | Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial I | | 150 |
| | | Total do bloco | |

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|--------------|--------------------|-----------------|-------------|
|--------------|--------------------|-----------------|-------------|

| | | | |
|-----------------|---|--|------------|
| 7º. Semestre | Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual | | 60 |
| | Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência | | 60 |
| | Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação | | 60 |
| | Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA) | | 60 |
| | Trabalho de conclusão de curso I | | 60 |
| | Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial II | | 135 |
| | Total do bloco | | 435 |

| Bloco | DISCIPLINAS | Créditos | C.H. |
|-----------------|--|-----------------|-------------|
| 8º. Semestre | Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas | | 60 |
| | Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão | | 60 |
| | Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa | | 60 |
| | Trabalho de conclusão de curso II | | 60 |
| | Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial III | | 135 |
| | Total do bloco | | 375 |

Os componentes curriculares que integralizarão o curso são coerentes com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular segue uma lógica formativa encadeada e consistente, visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao seu crescimento na sua prática de sala de aula. Na organização curricular do curso estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os conteúdos da Educação Especial Inclusiva, domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, necessários à concretização de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral

3.2 Fluxograma

(ESPERAR A DEFINIÇÃO DAS DISCIPLINAS))

3.3 Estágio, atividades complementares, atividades de extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio

A licenciatura em Educação Especial oferece ao graduando um currículo baseado em metodologias e didáticas, ligadas ao contexto de portadores de necessidades especiais, em diferentes fases da vida. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. Desta forma, conforme as Diretrizes Curriculares Brasileiras, estágio supervisionado em educação especial está presente do 5º. ao 8º. Bloco da matriz curricular, articulando teoria e prática, de modo que o estágio supervisionado assim como um eixo prático, que agrega conteúdo e vivência ao currículo do acadêmico.

Ao aproximar teoria e prática, o currículo irá aproximar o aluno da realidade na qual atuará, desde a observação da prática docente em escolas de educação especial a participação do mesmo, no desenvolvimento de projetos escolares, preparação de aulas, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas com as famílias dos estudantes. O acadêmico cumprirá nos três últimos blocos de estudos denominados: Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial I; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial II; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial III.

Consolidando 420 horas aula de estágio supervisionado. Cabe ao professor do estágio Supervisionado promover encontros e/ou debates com o objetivo de discutir as atividades desenvolvidas nesta prática, incluindo os educadores das escolas envolvidas nestes eventos, sendo estas horas obrigatórias para todos os alunos observando-se os aspectos institucionais de Estágio na UFDPAr.

3.3.2 Atividades complementares

As atividades complementares em parceria com o processo de Extensão universitária, serão contemplados com carga horária de 120 horas e constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação.

3.3.3 Atividades Curriculares de extensão

A Extensão é compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 no mínimo, com dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social. Visando abordagens de formação integral do acadêmico serão ofertadas na disciplina sob a nomenclatura Atividade Curricular Extensionista (Ace), em cinco blocos distintos, com a carga horária somando o total de 330horas. As disciplinas Ace serão ministrados pelos os professores que irão trabalhar na regência em cada bloco, com ênfase na temática conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro: Estrutura da disciplina Atividade Curricular Extensionista

| BLOCO | DISCIPLINA | CONTEUDO | C.H. |
|-------|--|---|------|
| I | Atividade Curricular Extensionista I | Temas integradores | 90h |
| II | Atividade Curricular Extensionista II | Diversidade Profissional, Cultural e Social | 80h |
| III | Atividade Curricular Extensionista III | Historicidade e Políticas Públicas | 80h |
| IV | Atividade Curricular Extensionista IV | Novas formas de ensinar | 80h |
| V | Atividade Curricular Extensionista V | Novas formas de aprender | 80h |

| | |
|---------------------|------|
| Carga Horária Total | 330h |
|---------------------|------|

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

3.3.4 Trabalho de conclusão de curso

O trabalho de conclusão de curso - TCC corresponderá a produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso de graduação em Educação Especial Inclusiva; este será sistematizado e de natureza essencialmente teórica ou de planejamento e intervenção na prática. A iniciação aos procedimentos de pesquisa e a redação da monografia serão assumidas nas disciplinas Trabalho de conclusão de curso I e Trabalho de conclusão de curso II; será realizado no contexto das atividades teórico-prática e sob a orientação dos docentes do Curso. Às 120horas de Trabalho de conclusão de curso serão obrigatórias para todos os alunos observando-se os aspectos institucionais da UFDPAr.

Quadro : Estrutura dos componentes curriculares da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva PARFOR/UFDPAr

| COMPONENTES CURRICULARES | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS |
|---|---------------|----------|
| Disciplinas Obrigatórias | | |
| Disciplinas Optativas | | |
| Trabalho de Conclusão de Curso | | |
| Atividades Complementares | | |
| Atividades Curriculares de Extensão | | |
| Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório | | |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | 3.270 | |

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

3.4 Metodologia

O processo através do qual o acadêmico de Educação Especial Inclusiva irá ser acompanhado compreenderá que o currículo do curso incorpora a compreensão de que o próprio currículo e conhecimento serão vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, esperando que o aluno compreenda a apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. A metodologia adotada visará a construção da prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada na perspectiva crítica ação-reflexão-ação, possibilitando uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética; guiando acadêmicos e docentes na compreensão de diferentes abordagens na ação profissional e exercendo de forma consciente seus papéis na práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor da coletividade e diversidade.

O material didático específico será produzido pelo professor/autor e traduzido/interpretado pela equipe responsável para esse fim, adotando-se um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado. O material deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora, para que, além dos momentos em sala de aula, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina.

A partir destes materiais o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, poderá acrescentar materiais complementares para serem utilizados pelos alunos, tais como *links* para acesso a páginas ou outros materiais. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina. Visando oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo

de ensino-aprendizagem do curso de Educação Especial Inclusiva, na modalidade Licenciatura, poderão ser ofertados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, espaços virtuais podem tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

A UFDPAr também disponibilizará de um Laboratório de Informática, possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica, de maneira ampla e geral durante seu processo de formação.

O material didático, seja impresso ou virtual, passará por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes. Em virtude do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o curso oferecerá ao estudante com necessidades especiais atendimento apropriado conforme sua necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos deficientes aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem são:

4.1.1 Na graduação

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFDFPar;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;
- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;

- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;
- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

4.1.2 Na pesquisa e inovação

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;
- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFDF na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

4.1.3 Na extensão universitária

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e

todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias; para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais;

- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;
- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;
- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;
- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.

4.2 Apoio ao discente

A UFDPAr interliga um conjunto de ações nas áreas de: ensino (através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação), pesquisa/iniciação científica (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), extensão (Pró Reitoria de Extensão) e assistência estudantil através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis onde desenvolvem ações afirmativas de inclusão social para garantir a igualdade de oportunidades aos acadêmicos, na promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Todos prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFDPAr que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

No dia a dia de cada curso, o corpo acadêmico recebe apoio permanente da Coordenação para assuntos da área acadêmica e também com o corpo docente do curso, que é capacitado para o esclarecimento de dúvidas

relacionadas aos conteúdos de cada módulo, orientação direcionada à realização de pesquisa e de atividades extracurriculares.

E conta com Biblioteca interligada ao sistema de bibliotecas da UFPI, laboratórios de informática e internet (fixa e móvel), com acesso ao portal de periódicos da CAPES.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem

Os procedimentos de avaliação da aprendizagem devem estar em acordo com as normas gerais de avaliação dos cursos de graduação da UFDPAr. A avaliação do rendimento escolar será realizada em cada disciplina cabendo ao docente tomar como parâmetro tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos, levando em conta o domínio dos conteúdos, competências práticas, assiduidade, participação, conforme a natureza da própria disciplina. A aprendizagem será avaliada através do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, atribuindo um caráter diagnóstico e processual ao ato de avaliar.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O curso está organizado em função dos objetivos propostos nesse projeto pedagógico, buscando ampliar a formação do Pedagogo, superar os aspectos meramente técnicos presentes no campo pedagógico, na tentativa de aliar reflexão e ação, formando um profissional crítico-reflexivo, capaz de atuar em seu campo profissional com competência e ética.

A avaliação curricular se constituirá em um trabalho rotineiro de análise crítica de todo o processo de desenvolvimento do curso e terá como fundamento o paradigma da avaliação emancipatória, um processo contínuo e parte integrante do processo educativo, julgando a prática pedagógica no curso em seus diferentes níveis e busca, criticamente, alternativas para superação dos problemas identificados.

Desta forma, o processo avaliativo do currículo ocorrerá através de três etapas, articuladas entre si e assim denominadas: descrição da realidade, crítica da realidade, criação coletiva.

A primeira etapa de descrição da realidade consiste na observação e registro das situações que, no decorrer do curso, forem sendo identificadas como aspectos positivos e negativos, dificuldades, falhas no currículo e demais situações avaliadas como problemáticas para o curso. Nesta fase

devem ser coletadas todas as informações consideradas importantes para o processo avaliativo através, principalmente, de dois procedimentos de coleta de dados: a análise documental e a história oral. Através da análise documental serão detectados os aspectos negativos e positivos do plano curricular, dos planos de ensino dos professores, das normas de desenvolvimento do Curso, da documentação da matrícula e controle acadêmico dos alunos, etc. Enfim, de todos os documentos vinculados ao processo de execução do currículo. Através da história oral serão registrados depoimentos de professores e alunos que expressem opiniões e críticas sobre o Curso.

A segunda etapa de crítica da realidade consistirá na socialização das informações levantadas na etapa de descrição da realidade, buscando-se explicitar as defasagens, erros e acertos identificados no desenvolvimento do currículo. Os procedimentos a serem adotados nesta etapa avaliativa são os encontros pedagógicos com professores; com professores e alunos e com professores, alunos e egressos. Tais encontros devem acontecer periodicamente, a fim de que as falhas e dificuldades identificadas no Curso tenham condições de serem eliminadas ainda no seu processo de desenvolvimento.

A terceira etapa de criação coletiva ocorrerá simultaneamente com a crítica da realidade, constituindo-se de discussão de propostas de ação e tomada de decisões com vistas à eliminação dos problemas identificados, resultando na melhoria e aperfeiçoamento do currículo. Os resultados dos encontros pedagógicos serão registrados em relatórios, que constituirão o acervo de informações básicas para o aperfeiçoamento do currículo. O processo avaliativo será concretizado através da execução permanente dessas três etapas.

No processo avaliativo do currículo de licenciatura de Educação Especial Inclusiva terá diferentes níveis de avaliação e devem ser considerados:

- Avaliação em nível de cada disciplina: isto significa que professores e alunos farão sistematicamente a avaliação da propriedade dos programas de ensino, dos procedimentos de ensino e recursos

didáticos utilizados, dos mecanismos de avaliação de aprendizagem adotados a fim de diagnosticarem aspectos que devem ser modificados ou aperfeiçoados. O espaço apropriado para este nível de avaliação é a sala de aula, durante o desenvolvimento da disciplina, sendo registrados os seus resultados e encaminhados a coordenação do curso que os terão como subsídios a serem articulados com os resultados dos outros níveis de avaliação.

- Avaliação em nível das disciplinas do mesmo bloco curricular: esta avaliação tem como espaço apropriado os encontros pedagógicos de professores no início e no final do período letivo e, objetiva particularmente a discussão coletiva dos mecanismos de integração das disciplinas do bloco com vistas à concretização dos princípios curriculares.
- Avaliação ao nível global do currículo: para este nível de avaliação os espaços apropriados serão os seminários semestrais com a participação de professores, administradores, alunos, egressos e profissionais das instituições onde os alunos estejam desenvolvendo alguma atividade curricular. Desta avaliação deverão surgir propostas para as alterações necessárias ao aperfeiçoamento do currículo e a melhoria da formação do acadêmico.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao curso | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 15h | Não possui--- |
| EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Educação Especial. Questões da profissão. Instâncias da UFDFPar e suas competências, envolvidas com o edital Parfor. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| ARANHA, Maria Lúcia de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. | | |
| BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006. | | |
| ROSA, Dalva E. G.; SOUZA, Vanilton C. de. (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. | | |
| FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo: Cortez, 2008. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas: Papyrus, 1996. | | |
| LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2002. | | |
| FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. | | |

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCIPLINA: Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Discussão de aspectos éticos e históricos da educação especial reconhecendo as diferenças sociais que permeiam as relações humanas numa perspectiva educacional voltada aos estudantes público alvo da educação especial. Discussão dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do estudante público alvo da educação especial em uma perspectiva inclusiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Silva, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Mazzotta, Marcos Silveira. Educação especial no brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, Ministério da Educação, 2012.

Castro, Cleussi de; Schneider, Fatima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.

_____. Escola e democracia. Campinas; SP: Autores Associados, 2003.

_____. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Autores Associados, 2008.

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | Não possui--- |
| EMENTA: Descrição das principais etapas do desenvolvimento neurológico humano com ênfase nos processos de aprendizagem sob a ótica da Neurociência. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) DORETTO, Dário. Fisiopatologia clínica dos sistema nervoso. São Paulo: Atheneu, 2005 NITRINI, Ricardo. BACHESCHI, Luiz Alberto. A Neurologia que Todo Médico Deve Saber. 2. ed. 2003. Ateneu. São Paulo. STOKES , Maria. Cash – Neurologia para Fisioterapeutas. 2000. Editorial Premier. São Paulo. BICKERSTAFF, Edwin R. Exame do Paciente Neurológico. 1ª edição Brasileira. 1984. Editora Livraria Atheneu. São Paulo. CIPRIANO, Joseph J. Manual Fotográfico de testes ortopédicos e neurológicos. 3. ed. São Paulo: Manole, 1999. COHEN, Helen. Neurociência para Fisioterapeutas 2. ed. São Paulo: Manole, 1999. DAVIES, Patrícia M. Passos a Seguir – Um Manual para Tratamento da Hemiplegia do Adulto. 1ª edição brasileira.1999 Editora Manole Ltda. São Paulo. ROWLAND, Lewis P. Tratado de Neurologia 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000 | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | Não possui--- |
| EMENTA: Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes. Compreender a representação do filho com deficiência, TGD ou AH/SD, para a família. A relação família e escola para o desenvolvimento pleno do processo de ensino e aprendizagem. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, DF. -Ministério da Educação. 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

LELOUP, Jean Yves. O corpo e seus símbolos. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência.

Corde. Brasília 2. ed. 1996. BRASIL. Dec. 3298/99 Política Nacional de Atenção à Pessoa Portadora de pessoa portadora de Deficiência. Corde. Brasília, 1999. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ANGERAMI – LAMON, V. A. A Ética na Saúde. São Paulo: Pioneira, 2002. GAUDERER, E Christian. Os direitos do paciente: um manual de sobrevivência. Rio de Janeiro: Record, 1991. SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2000. SINGER, P. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 1994. VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FRANCO, L.J., PASSOS, A.D (orgs.). Fundamentos de epidemiologia. Barueri, SP: Manole, 2005.

STARFIELD, Barbara. Atenção primária, equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002

DISCIPLINA: Didática para Educação Especial e Inclusiva

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|-------|----|---------------|
| 0.0.0 | 0h | Não possui--- |
|-------|----|---------------|

EMENTA:

Contribuição para a formação de professores tendo em vista os processos de ensino e aprendizagem, estratégias, competências e práticas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

| |
|-----------------------------------|
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: |
| No mínimo 05(cinco) |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | Não possui--- |
| EMENTA: | | |
| Análise dos processos de ensino e aprendizagem, sob o referencial teórico de diferentes pensadores da área de educação. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista I: Temas integradores | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | Não possui--- |
| EMENTA: | | |
| Abordagem social das deficiências. Análise das condições sócio-históricas no estudo das deficiências, novos olhares sobre os conceitos de deficiência. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Corde. Brasília, 1996. BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Uma nova concepção de proteção às | | |

pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1997. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretária de Assistência Social (SAS). Atenção à pessoa portadora de deficiência na área de assistência social, Brasília, 1996.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, social e afetiva. O caráter histórico-social do desenvolvimento. A relação entre os processos de aprendizagem e o desenvolvimento e seus desdobramentos educacionais; Desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica; Implicações para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

SILVERTHORN, D.U. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. volume 2. DÂNGELO, J. C. & FATTINI, C. A. Anatomia humana: sistêmica e Segmentar. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988. GARDNER, E. Et alii. Anatomia; estudo regional do corpo humano. 4. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. MACHADO, Dângelo B. M. Neuroanatomia funcional. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1993

DISCIPLINA: Estudo do desenvolvimento atípico

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

Referenciais teóricos do desenvolvimento humano

EMENTA:

Estudo das bases psicobiopatológicas das deficiências; desenvolvimento humano em situações de risco; resiliência, processos de vulnerabilidade e proteção; problemas do desenvolvimento atípico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COMARCK, D.H. Fundamentos de histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JUNQUEIRA, L. C. e CARNEIRO, J. Histologia básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

COSTA FILHO, A. Histologia e embriologia básica: perguntas e respostas. Teresina: Gráfica do Povo, 1999.

DI FIORI, M. S. H.; MANCINI, R. E.; ROBERTS, E. D. P. Atlas de histologia 7. ed. Rio de Janeiro:

Guanabara Koogan, 1997. GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. Tratado de histologia em cores. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. SOBOTTA. Histologia: atlas colorido de citologia, histologia e

anatomia microscópica humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. DOYLE-MAIA, G.

Embriologia humana. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000. MOORE & PERSAUD. Embriologia básica. 5.

ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2000. MOORE & PERSAUD. Embriologia clínica. 6. ed. São Paulo:

Guanabara Koogan, 2000.

BENJAMINI, Eli, COICO, Richard, SUNSHINE, Geoffrey. Imunologia, 4ª Edição, Editora Guanabara

Koogan, Rio de Janeiro, 2002. PARHAM, Peter. O Sistema Imune. Artmed Editora, Porto Alegre,

2001. ABBAS, A.K. et al. Imunologia celular e molecular. 3. edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PEAKMAN M. VERGANI, D. Imunologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. JANEWAY

C.A. et al. Imunobiologia: O Sistema imunológico da saúde e na doença. 4. ed. São Paulo: Artmed,

2000. CALICH, V.; VAZ, C. Imunologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

DISCIPLINA: Linguagem e Pensamento

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|-------|----|--|
| 0.0.0 | 0h | |
|-------|----|--|

EMENTA:

Revisão do desenvolvimento normal da linguagem; Relação entre pensamento e fala em diferentes teorias do desenvolvimento infantil; Terminologia científica da pesquisa psicolinguística e dos distúrbios da fala e linguagem; Princípios da

intervenção específica e dos procedimentos para o desenvolvimento da fala e da linguagem em crianças e jovens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Análise e reflexão sobre principais aspectos do currículo escolar e suas adaptações e acomodações em Educação Especial. Aspectos políticos pedagógicos e sua influência nas adaptações e acomodações curriculares. Currículo funcional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

SANVITO, Wilson Luis. Propedêutica Neurológica Básica. 7ª reimpressão. 2002. Editora Ateneu. São Paulo. NITRINI, Ricardo. BACHESCHI, Luis Alberto. A Neurologia que todo Médico deve Saber. 2ª edição. 2003. Editora Ateneu. São Paulo. LIMA, Niuzarete Margarida de. Pessoas portadoras de deficiência - Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Brasília – .2001 ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 3ª ed. Brasília: CORDE. 2003

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Lima, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996. URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986. GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil — França: ENSP, 1991. MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997. POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989 TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista II: Diversidade Profissional, Cultural e Social

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|-------|----|--|
| 0.0.0 | 0h | |
|-------|----|--|

EMENTA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

RODRIGUES, A., Assmar, E. M.L. & Jablaviski, B. (2000), Psicologia Social. Petrópolis: vozes. Jacques, M.G.C., Strey, M.N., Bernardes, M.G., Guareschi, P., Carlos, S.A. & Fonseca, J. M. G. (2002). Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: vozes.

BERTOLLI FILHO, C. História da Saúde Pública no Brasil. São Paulo, Ática. 2000. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL- REVISTA "O COFFITO" Nº 13;16;17;19;31 a 35. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ESTATUTO DO IDOSO. ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. LEI ORGÂNICA DA ASSISTENCIA SOCIAL – LOAS. ROSA, L.C. Transtorno mental e o cuidado na família. São Paulo: Cortez, 2003. ROSEN, G. Da Polícia Médica à Medicina Social.Ed. Graal. Rio de Janeiro. 1980. VALLA, Vicent V. (Org). Saúde e Educação.D.P.A ed. Rio de Janeiro. 2000.

DISCIPLINA: Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|-------|----|--|
| 0.0.0 | 0h | |
|-------|----|--|

EMENTA:

Explorar os elementos da produção textual necessária ao bom desempenho acadêmico e profissional, quanto a execução de trabalhos científicos. Estudos sobre observação e registro de situações planejadas. Estudo do manejo do comportamento usando princípios comportamentais; Definição e medida do comportamento; Estratégias de reforçamento; Desenvolvimento de programas sistematizados; Formatos básicos de instrução; Técnicas de monitoração do progresso do estudante; Técnicas de promoção de comportamentos acadêmicos e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Graftipo, 1999; CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996; GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999; SEVERINO, J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1999. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

SAUWEN, R.F. O Direito "in vitro": da Bioética ao Biodireito". 2. ed. Lúmen Júris Rio Janeiro: 2000

CONTI, Matilde Carone Slaibi. Biodireito - A norma da vida. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2004.

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul & PESSINI, Léo. Problemas Atuais de Bioética. 6ª Edição. Edições Loyla. Livro Texto, São Paulo 2002

GARRAFA, Volnei e COSTA, Sérgio Ibiapina. A Bioética no Século XXI. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

3º PERÍODO**DISCIPLINA:** Apoio educacional especializado: Educação Infantil

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Questões relacionadas à especificidade da Educação Infantil considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor, m relação a aspectos de prevenção secundária de deficiências

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**No mínimo 03(três)****BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:****No mínimo 05(cinco)**

Brasil, ministério. Educação inclusiva. Brasília: SEESP, 2009.

Lima, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

Guebert, Miriam Celia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba: Intersaberes, 2012.

DISCIPLINA: Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Histórico da conceituação de deficiência mental. Diferentes abordagens da deficiência mental. Principais características da deficiência mental. Formas de atendimento | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| <p>Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: ministério da educação, 2010.</p> <p>Delpretto, Barbara Martins de Lima. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Brasília: ministério da educação, 2010.</p> <p>Gomes, Adriana Leite Lima Verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>Coll, Cesar. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Gomes, Adriana Leite Lima Verde. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: ministério da educação, 2010.</p> | | |
| DISCIPLINA: Ensino Colaborativo | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |

| | | |
|--|----|---|
| 0.0.0 | 0h | Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial |
| EMENTA: | | |
| A inclusão escolar e os novos papéis dos profissionais da escola, fundamentos do trabalho colaborativo; o trabalho colaborativo na escola, a parceria entre professor do ensino comum e ensino regular; estabelecendo parcerias colaborativas. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021. | | |
| Melo, Amanda Meincke. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível. Brasília: ministério da educação, 2010. | | |
| Ropoli, Edilene aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: ministério da educação, 2010. | | |

| | | |
|--|-----------------------|--|
| DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar |
| EMENTA: | | |
| Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais da educação especial em clínicas e instituições e suas relações com esses estudantes | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**No mínimo 05(cinco)**

Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010

MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996. URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986. GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil — França: ENSP, 1991. MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997. POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989 TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I**Créditos:****Carga Horária:****Pré-requisito(s):**

0.0.0

0h

Linguagem e Pensamento

EMENTA:

Noções de língua portuguesa e linguística; parâmetros em libras; noções linguísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**No mínimo 03(três)**

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**No mínimo 05(cinco)**

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista III: Historicidade e Políticas Públicas | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| <p>Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| <p>Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| <p>Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2010</p> <p>PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001. VASCONCELOS, E.M. Educação popular e a atenção à saúde da família. São Paulo: Hucitec, 1999. LEFÉVRE, Beatriz Helena. Mongolismo: Estudo Psicológico e Terapêutica Multiprofissional da Síndrome de Down. São Paulo: Sarvier, 1981. STOTZ, E.N. & VALLA, V.V. (org). Educação, saúde e cidadania. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. TESTA, M. Pensar em saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.</p> | | |

| | | |
|---|-----------------------|---|
| DISCIPLINA: Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | Processos Investigativos em Educação Especial I |
| EMENTA: | | |

| |
|---|
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: |
| No mínimo 03(três) |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: |
| No mínimo 05(cinco) |
| BRAGHIROLLI, Elaine M. Psicologia geral. Porto Alegre: Vozes, 2001. DAVIDOF, Linda L. Introdução a psicologia. São Paulo: Makron Books, 2001. VASH, CAROLIN L. Enfrentando a Deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo. Ed. Pioneira. 1998 BARROS, Célia S. G. Pontos de psicologia geral. São Paulo: Ática, 1997. CAMPOS, Teresinha C. Padis. Psicologia hospitalar: atuação do psicólogo em hospitais. S.l.; s.ed., s.d. |

4º PERÍODO

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | - Linguagem e Pensamento |
| EMENTA: | | |
| Histórico da conceituação da deficiência auditiva. Diferentes abordagens da comunicação auditiva. Principais características da deficiência auditiva. Formas de atendimento. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| PORTO. Exame Físico. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| Santos, Cristiane Cavalcante. A educação especial e as novas tecnologias na prática docente: o caso da associação de pais e amigos dos excepcionais de Parnaíba – Pi. 2016 | | |
| Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010 | | |

| | | |
|---|-----------------------|---|
| DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | - Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar - Gestão e Organização do trabalho pedagógico : serviços especializados |
| EMENTA: | | |
| Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais da educação especial em hospitais e suas relações com esses estudantes | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| <p>CABRAL, Suzana. Psicomotricidade relacional: prática clínica e educacional. Rio de Janeiro. Revinter, 2001. FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001. LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003. GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996. URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986. GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil — França: ENSP, 1991. MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997. POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989 TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992</p> | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Teoria e prática do planejamento, desenvolvimento, implementação, gerenciamento e avaliação de recursos para a aprendizagem; modelos teóricos para o desenvolvimento de tecnologias de ensino/instrução para estudantes com necessidades educacionais especiais | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| Santos, Cristiane Cavalcante. A educação especial e as novas tecnologias na prática docente: o caso da associação de pais e amigos dos excepcionais de Parnaíba – Pi. 2016 | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Estudo das questões relacionadas às especificidades dos ensinos fundamental e médio, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, DF. -Ministério da Educação. 2010 | | |

| | | |
|---|-----------------------|---|
| DISCIPLINA: Linguagem de sinais II | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | - Linguagem e Pensamento - Língua Brasileira de Sinais I |
| EMENTA: | | |
| Noções de língua portuguesa e linguística; parâmetros em libras; noções linguísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010 | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista IV: Novas formas de ensinar | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Optativa I | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

5º PERÍODO

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Histórico e conceituação dos transtornos globais de desenvolvimento; diferentes abordagens no atendimento às pessoas com transtornos globais de desenvolvimento; educação de pessoas com transtornos globais de desenvolvimento. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |

| | | |
|---|----|--|
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Histórico da Conceituação da superdotação/altas habilidades. Principais características da superdotação/ altas habilidades. Diferentes abordagens. Formas de atendimento. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| Santos Shirley aparecida dos. Transtornos globais do desenvolvimento habilidades/ superdotação. Curitiba: Intersaberes, 2019. | | |
| Farias Elizabeth Regina Streisky. Mitos teorias e verdades sobre altas habilidades. Curitiba: Intersaberes, 2020. | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Ensino Superior | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino superior, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Didática para a Educação Especial | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| | | |

| | | |
|---|----|---|
| 0.0.0 | 0h | - Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial |
| EMENTA: | | |
| - Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Planejamento educacional individualizado I: Avaliação | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Revisão de medidas, teoria e práticas de avaliação de problemas desenvolvimentais; Técnicas de triagem e avaliação para determinação da elegibilidade a serviços de apoio; Avaliação para o planejamento. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista V: Novas formas de aprender | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, | | |

brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Ropoli, Edilene aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: ministério da educação, 2010.

Sartoretto, mara lucia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: ministério da educação, 2010.

Delpretto, Bárbara martins de lima. A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: altas habilidades/superdotação. Brasília: ministério da educação, 2010.

Bosco, Ismênia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla.

DISCIPLINA: Atividade complementar I

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Optativa II | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

6º PERÍODO

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Histórico da Conceituação de deficiência física. Principais características da deficiência física; o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física, acessibilidade ao currículo escolar | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |
| Schirmer, Carolina. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: MEC, 2007. | | |
| Giacomini, Lilia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: ministério da educação, 2010. | | |

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Ensino de ciências para pessoas com deficiência | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |
| Abordagem conceitual e metodológica de fenômenos físicos, químicos, biológicos e geológicos para os alunos com necessidades especiais. Vida e ambiente | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|--|-----------------------|--|
| DISCIPLINA: Planejamento educacional individualizado II: intervenções | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | - Planejamento educacional individualizado I: Avaliação |
| EMENTA: | | |
| Implementação e avaliação de programas de ensino; delineamentos experimentais de sujeito único, monitoração do progresso do estudante. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: | | |

Alfabetização e Letramento. Função Social da escrita e da leitura para as pessoas com deficiência. Apropriação da Língua escrita. Aprendizagem da Leitura e da escrita. Conteúdo e metodologia da leitura e da escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Atividade complementar II

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|-------|----|--|
| 0.0.0 | 0h | |
|-------|----|--|

EMENTA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial I

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

| | | |
|-------|----|--|
| 0.0.0 | 0h | |
|-------|----|--|

EMENTA:

Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia de espaços onde se desenvolve a ação educativa, juntamente com o professor do serviço especializado escolhido

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

7º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Histórico da Conceituação de deficiência visual; Braille, orientação e mobilidade, educação de pessoas com cegueira; educação de pessoas com baixa-visão. Conhecer, analisar e refletir sobre as abordagens e as tendências da educação do deficiente visual em direção a uma prática transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a participação deste alunado na escola, na família e na sociedade. Conhecimento do Braille

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Domingues, Celma dos anjos. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual, baixa visão e cegueira. Brasília: ministério da educação, 2010.

Sa, Elizabeth dias. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. São Paulo: MEC, 2007.

DISCIPLINA: Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

A diversidade humana e o processo de ensino-aprendizagem da Matemática. Estratégias pedagógicas específicas para o ensino da Matemática integrados em salas de aula do ensino regular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Introdução ao estudo das tecnologias para a comunicação da informação; meios de registros da informação; meios de divulgação da informação, e ferramentas de tecnologia de comunicação da informação (rede computacional, Internet, etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA)

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino no sistema EJA, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

| |
|--|
| No mínimo 03(três) |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: |
| No mínimo 05(cinco) CARVALHO FILHO, E.T. & PAPALÉO NETTO, M. Geriatria: Fundamentos, Clínica e Terapêutica. Editora Atheneu, 1994. FREITAS, E. V. Et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. GALLO, J. J. et al. Reichel / Assistência ao Idoso – Aspectos Clínicos do Envelhecimento. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Trabalho de conclusão de curso I | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: Elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa escolhido pelo graduando; até a conclusão da etapa de coleta de dados | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (colab.) Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2000. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 17. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002 _____. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 2001; ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Editora Graftipo, 1999; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; NEGRA, Carlos Alberto Serra; NEGRA, Elizabete Marinho Serra. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. São Paulo: Atlas, 2003; SEVERINO, J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1999 | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Graftipo, 1999; CERVO, A. L. E | | |

BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996; GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999; SEVERINO, J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1999. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial II

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
| 0.0.0 | 0h | |

EMENTA:

Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia das classes. Organização de uma proposta de trabalho para o serviço especializado escolhido. Execução da proposta elaborada, devidamente acompanhada/o do professor/responsável e do supervisor de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

8º PERÍODO

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--|
| 0.0.0 | 0h | - Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação |

EMENTA:

Revisão da área de Tecnologias Assistivas (TA) e seu uso. Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas e da eficácia dos recursos. Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Revisão da área de comunicação alternativa aumentativa (CAA) e seu uso. Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de CAA. Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de CAA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

DISCIPLINA: Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa

| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
|------------------|-----------------------|--------------------------|
|------------------|-----------------------|--------------------------|

0.0.0

0h

EMENTA:

Formas de intervenções com pessoas com múltiplas deficiências e encaminhamento para a prática pedagógica. Intervenção com pessoas surdocegas congênitas e não congênitas; o processo educativo; o papel do mediador, guia e intérprete.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Alves, Carla Barbara. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da educação, 2010.

Sartoretto, Mara Lúcia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da educação, 2010.

Bosco, Ismênia Carolina mota gomes. Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília: ministério da educação, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.

Sa, Nidia Regina limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: paulinas, 2010.

Góes, maria Cecília Rafael de. Linguagem surdez e educação. Campinas: autores associados, 2012.

Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.

DISCIPLINA: Trabalho de conclusão de curso II

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

0.0.0

0h

Trabalho de conclusão de curso I

EMENTA:

Análise e relato de dados do estudo científico; apresentação oral e escrita do estudo concluído que contemple reflexões teórico-práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial IV | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | |
| EMENTA: Consultoria colaborativa ao professor de ensino regular, de classe inclusiva e/ou instituição especial | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

6.2 Disciplinas optativas

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | --- |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | --- |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|-----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | --- |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |

| |
|-----------------------------------|
| No mínimo 03(três) |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: |
| No mínimo 05(cinco) |

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | --- |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: | | |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0 | 0h | --- |
| EMENTA: | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| No mínimo 03(três) | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| No mínimo 05(cinco) | | |

7 INFRAESTRURA FÍSICA

7.1 Instalações, equipamentos

As instalações da UFDPPar estão distribuídas em dois setores que se subdividem em blocos, numerados de 01 a 17, os quais contemplam: Instalações administrativas, incluindo as Coordenações de Cursos; Centros acadêmicos; Diretório estudantil; Salas de aulas; Laboratórios; Auditório; Salas de videoconferência; Biblioteca; Escola de aplicação; Empresas juniores; Vestiários; Banheiros; Quadra de esportes; prédio de gabinetes de docente com quatro pavimentos contendo área de convivência e lanchonete e o prédio para o curso de medicina com cinco pavimentos totalmente estruturados com laboratórios, salas de aula, salas de conferência e uma caixa d'água com capacidade para 60 mil litros; além do Restaurante Universitário.

O Campus de Parnaíba conta, atualmente, com 25 salas de aula, com área de 70 m² cada uma, com capacidade para 60 alunos. As salas são climatizadas e possuem quadros de acrílico e Datashow fixo para reprodução de conteúdos, portas contendo visor de vidro, mesa de apoio e lixeira. Atendem aos requisitos de conservação, limpeza, iluminação e acústica. Existe elevador para acesso ao andar das salas, permitindo a mobilidade adequada até as respectivas salas. Os elevadores são liberados permanentemente para portadores de necessidades especiais e o piso dos corredores estão adequados a mobilidade de cadeirantes, conforme normas de acessibilidade. Existem nos corredores de acesso a todas as alas da universidade, bebedouros adequados aos padrões sanitários e de fácil acesso e sinalização. Existem espaços externos para convívio de todos os alunos.

O Campus de Parnaíba possui, atualmente, 40 (quarenta) salas de trabalho (gabinetes) climatizadas para uso docente, cada uma com área de 12 m². Estas salas possuem ponto de acesso à internet com e sem fio, mesas, cadeiras e armários individuais. Nestas, há disponibilidade de computadores, adquiridos com recursos da própria instituição, para uso dos professores. Os docentes de dedicação exclusiva contam com salas próprias, com cadeiras, mesas, armários e conexão cabeada com a internet. A coordenação de cada

curso de graduação e pós-graduação conta com espaço adequado as necessidades acadêmicas, com disponibilização de computador, notebook, mesas, cadeiras, armários, sala de reunião e secretaria.

Existem, atualmente, 16 (dezesesseis) laboratórios para a realização de atividades didáticas, de pesquisa ou extensão no Campus de Parnaíba. São eles: Laboratórios de Anatomia, Microscopia, Limnologia, Zoologia, Botânica, Ecologia, Tecnologia do Pescado, Ciências Fisiológicas, Histologia, Bioquímica (Biotec), Genética e Biologia Molecular, Microbiologia, Parasitologia e Urinálise, Células e Moléculas, todos climatizados e equipados de forma a atender às necessidades. Atualmente o Campus de Parnaíba dispõe dos Laboratórios de Informática (I, II, e III), os quais atendem a todos os cursos de graduação do Campus.

A secretaria acadêmica geral fica localizada em Hall de fácil acesso na área central de entrada da universidade, O ambiente da universidade é agradável e atende não somente a comunidade acadêmica, como a comunidade externa.

O Campus Universitário de Parnaíba possui instalações administrativas próprias e pertinentes à ministração dos todos seus cursos de graduação, incluindo um auditório moderno de 120 lugares e dois miniauditórios.

O restaurante universitário atende aos princípios básicos de atendimento ao corpo estudantil e acadêmico. (duas refeições principais são subsidiadas diariamente aos alunos, de segunda a sexta; uma refeição principal subsidiada no sábado). No espaço existem sanitários adequados (femininos, masculinos e especiais para cadeirantes - mobilidades reduzidas), existem banheiros exclusivos para docentes.

Na perspectiva de garantir uma formação articulada com o campo de trabalho e que possa responder às exigências da atualidade, incluindo-se neste particular o contexto das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, o curso de Educação Especial Inclusiva contará com Laboratórios e espaços onde serão desenvolvidas as aulas e demais atividades voltadas para o aluno que possam garantir ao futuro pedagogo os elementos necessários ao domínio desses conhecimentos próprio do campo de sua formação e atuação profissional, bem como, mais especificamente, os domínios das novas tecnologias aplicadas ao processo educacional.

O aspecto da aplicabilidade, ou seja, da concretização da relação orgânica da teoria com a prática, princípio basilar desse currículo terá, necessariamente, no eixo de pesquisa, estágio e atuação do futuro profissional – na escola, o mais importante espaço de execução dessa proposta de formação. Assim, tanto o laboratório da sala de aula, propriamente dito, quanto à escola comporão os espaços privilegiados para o desenvolvimento do curso.

7.2 Instalações da Biblioteca

Com a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a biblioteca passou de Setorial a uma Biblioteca Central. E com isso, a biblioteca pôde administrar os recursos, tendo mais autonomia Administrativa. Atualmente estamos com 4 processos de compras em andamento, são eles: plataforma digital da área da saúde – Dynamed/ EBSCO, Minha Biblioteca (plataforma de e-books), EDS/EBSCO (uma ferramenta de busca que irá integrar todas as bases de dados da Biblioteca, facilitando as pesquisas acadêmicas), Solução Tecnológica RFID de antifurto e autoatendimento, já adquirida a metade dos equipamentos e em processo o restante. Buscando uma forma de dinamizar ainda mais o espaço da biblioteca, foram adquiridos armários inteligentes com acesso digital. Atualmente possui um acervo de aproximadamente 32.000 itens divididos em livros, CD's, DVD's e Trabalhos de Conclusão de Cursos.

Disponibilizando acesso online ao acervo com consultas, reservas entre outros serviços, foi adotado o método de classificação CDD (Classificação Decimal de Dewey), que possibilita a organização do acervo por área de conhecimento. A catalogação é baseada no Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2), podendo outros códigos e normas ser adotados, quando forem convenientes à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços técnicos e tabela de CUTTER é utilizada para classificar o autor. Para melhor otimização e recuperação das informações do acervo, a biblioteca conta com uma equipe capacitada. Sendo 03 bibliotecárias com mestrados dentro da área da Ciência da Informação (Artes, Patrimônio e Museologia) e 04 colaboradores terceirizados em nível médio.

A infraestrutura conta com salão geral de estudos com 78 cabines individuais, 05 salas de estudo em grupo, 01 sala para pesquisas das publicações e Trabalhos de Conclusão de Cursos e 01 salão do acervo, setor administrativo (processamento técnico, referência, restauração, atendimento ao usuário e diretoria).

REFERÊNCIAS

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC,

sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

_____. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape),

por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm